



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**EDITAL CONJUNTO SEMED/SEMAS - PSS Nº 001/2015**

**CADERNO DE PROVAS**

**CARGO: ANALISTA JURÍDICO**

**PROVAS: LÍNGUA PORTUGUESA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, LEGISLAÇÃO**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Este caderno de provas contém um total de 20 (vinte) questões objetivas, sendo 5 de Língua Portuguesa, 15 de Conhecimentos Específicos e Legislação. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, 2 (duas) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, não podendo usar outro tipo de caneta ou material.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao aplicador, juntamente com a folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. O candidato só poderá se ausentar do recinto da prova após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início da mesma.
7. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico [www.betim.mg.gov.br](http://www.betim.mg.gov.br), link Secretarias de Assistência ou Educação, no dia 15 de novembro, a partir de 14h, e publicado no Órgão Oficial do Município de Betim, no dia 17 de novembro de 2015.
8. A comissão organizadora do Processo Seletivo lhe deseja uma boa prova.



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**EDITAL CONJUNTO SEMED/SEMAS - PSS Nº 001/2015**  
**CARGO: ANALISTA JURÍDICO**

Nome do(a) Candidato(a): \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir e responda as questões de 1-5

**Aprender é um direito de todos**

01/08/2014 02h00

Até o final de 2016, o Brasil deverá construir sua primeira proposta de base nacional curricular comum da educação fundamental e ensino médio, dispositivo que define objetivamente o que se espera que os alunos aprendam nas determinadas fases escolares, segundo o Plano Nacional de Educação, sancionado pela presidente Dilma em junho.

Os recentes avanços, como a universalização do ensino fundamental nos anos 90, a definição, em 2010, da escolaridade de nove anos como obrigatória e a meta de universalização do ensino médio para 2016, reafirmam o direito à educação pública e o dever do Estado de provê-la, mas não garantem o direito de aprendizagem a todas as crianças e adolescentes.

São múltiplos os fatores que determinam as condições de ensino e de aprendizagem. É importante considerarmos, no entanto, que a ausência de uma base curricular tende a agravar esse quadro, ao criar um espaço de indefinições, equívocos e interpretações pessoais que restringem a aprendizagem dos alunos.

Países com bom desempenho em avaliações internacionais possuem um documento nacional especificando o que deve ser ensinado, com variações no grau de detalhamento desses conteúdos, conforme estudo comparativo realizado pela pesquisadora Paula Louzano, que analisou políticas curriculares de diversos sistemas de ensino.

No Brasil, a ausência dessas especificações favorece que as avaliações externas pautem o que deve ser ensinado, mostrando uma inversão no processo de definição das políticas educacionais. Uma política curricular nacional, que estabeleça de forma objetiva e clara o que cada aluno deve aprender em cada etapa do percurso escolar – independentemente de sua origem territorial, social ou cultural –, expressa um projeto de sociedade sustentado no princípio da igualdade.

Construir uma base nacional curricular comum, no entanto, requer alguns pontos de atenção.

O primeiro deles é que os sistemas educacionais tenham a liberdade de complementar a base curricular comum considerando os contextos locais e articulando o projeto de sociedade às aspirações e especificidades regionais.

A definição de objetivos claros de aprendizagem deve também favorecer o controle social das políticas educacionais e o acompanhamento da aprendizagem pelos sistemas educacionais e pelas famílias.

Outro pressuposto é a articulação da base curricular nacional com políticas de formação de professores, inicial e continuada. A indicação clara do que é preciso ensinar é condição para um efetivo planejamento docente e acompanhamento da aprendizagem de cada aluno.

Por fim, para que a base nacional curricular comum expresse um projeto de sociedade mais justo, é fundamental que sua construção envolva uma ampla participação social, com dispositivos que garantam consulta, debate, formulação e validação. Sem isso, o Brasil deixará, mais uma vez, escapar a oportunidade de alçar a educação ao patamar de prioridade nacional de fato.

**MARIA ALICE SETUBAL**, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP, é presidente dos conselhos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Fundação Tide Setubal.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/08/1494090-maria-alice-setubal-aprender-e-um-direito-de-todos.shtml>> Acesso 04 set. 2015.

### QUESTÃO 1

De acordo com o texto, o que contribui para a garantia do direito de aprendizagem a todas as crianças é

- A) a universalização do ensino fundamental.
- B) a ampliação do ensino fundamental para 9 anos.
- C) a universalização do ensino médio.
- D) a construção de uma base nacional curricular comum da educação fundamental e ensino médio.

Considere as afirmativas

- I. A construção da base nacional curricular comum deve ser pautada pelas avaliações internacionais.
- II. A base nacional curricular comum favorece o acompanhamento da aprendizagem pelos sistemas educacionais e pelas famílias.
- III. A inexistência de uma base nacional curricular comum possibilita que as avaliações externas exerçam forte influência sobre os currículos.
- IV. A construção de uma base nacional curricular comum impede a flexibilidade dos currículos dos estados e municípios.

### QUESTÃO 2

É CORRETO o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.

### QUESTÃO 3

Está CORRETAMENTE justificada a acentuação da palavra

- A) países - todo I tônico, segunda vogal de hiato, é acentuado graficamente.
- B) até - todo monossílabo tônico terminado em E é acentuado graficamente.
- C) múltiplos - toda proparoxítona terminada em O(s) é acentuada graficamente.
- D) também - toda oxítona terminada em M é acentuada graficamente.

Considere o trecho:

Os recentes avanços, como a universalização do ensino fundamental nos anos 90, a definição, em 2010, da escolaridade de nove anos como obrigatória e a meta de universalização do ensino médio para 2016, reafirmam o direito à educação pública e o dever do Estado de **provê-la**, mas não garantem o direito de aprendizagem a todas as crianças e adolescentes.

### QUESTÃO 4

O verbo prover grifado no trecho pode ser substituído, preservando as relações de sentido construídas no texto, por:

- A) fornecer.
- B) nomear.
- C) planejar.
- D) implantar.

Considere o trecho:

Por fim, **para que** a base nacional curricular comum expresse um projeto de sociedade mais justo, é fundamental que sua construção envolva uma ampla participação social, com dispositivos que garantam consulta, debate, formulação e validação.

### QUESTÃO 5

Preservando as relações de sentido construídas no texto, o articulador grifado pode ser substituído por:

- A) em virtude de.
- B) a fim de que.
- C) devido a.
- D) por conseguinte.

### *CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO*

A política de assistência social no Brasil é fruto de uma construção coletiva que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Numere cronologicamente os importantes acontecimentos que culminaram no atual Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

- ( ) Pacto de Aprimoramento da gestão.
- ( ) Aprovação da Política Nacional de Assistência Social.
- ( ) Aprovação da Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS.
- ( ) Implantação do Conselho Nacional de Assistência Social, substituindo o Conselho Nacional do Serviço Social.
- ( ) Promulgação da Constituição Federal, definindo a assistência social como política pública de seguridade social, não contributiva e de direito do cidadão.
- ( ) Aprovação, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, do SUAS.
- ( ) Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
- ( ) Aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social.
- ( ) Alteração da Lei Orgânica da Assistência Social - Lei do SUAS.

### QUESTÃO 6

Assinale a sequência CORRETA.

- A) 2, 3, 5, 6, 7, 1, 9, 4, 8.
- B) 9, 5, 6, 3, 1, 4, 7, 2, 8.
- C) 9, 4, 5, 1, 2, 3, 6, 8, 7.
- D) 8, 4, 7, 2, 1, 5, 3, 9, 6.

### QUESTÃO 7

Referente ao financiamento da Assistência Social, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios.
- B) Cabe aos respectivos Conselhos de Assistência Social, nos 3 (três) entes, a coordenação da política de Assistência Social e a gestão do Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle da administração pública.
- C) Não constitui receita do Fundo Nacional de Assistência Social, o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência.
- D) O cofinanciamento dos serviços, programas e benefícios eventuais devem ser realizados pelas 03 (três) esferas de governo, exceto pelos municípios de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes).

### **QUESTÃO 8**

É condição para os repasses, aos Municípios, dos recursos previstos pela Lei Orgânica da Assistência Social, a efetiva instituição e funcionamento, EXCETO:

- A) do Plano de Assistência Social.
- B) do Conselho de Assistência Social.
- C) do Fundo de Assistência Social.
- D) da Lei Municipal de Assistência Social.

### **QUESTÃO 9**

O processo de gestão do SUAS prevê as seguintes bases organizacionais, EXCETO:

- A) Matricialidade sociofamiliar.
- B) Centralidade Político-Administrativa e Territorialização.
- C) Controle Social.
- D) Financiamento.

### **QUESTÃO 10**

Constituem responsabilidades específicas dos Municípios acerca da Vigilância Socioassistencial, EXCETO:

- A) Elaborar e atualizar, em conjunto com as áreas de proteção social básica e especial, os diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS.
- B) Fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa dessas famílias pelas referidas unidades e o registro do acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias.
- C) Organizar, normatizar e gerir no âmbito da Política de Assistência Social, o sistema de notificações para eventos de violência e violação de direitos, estabelecendo instrumentos e fluxos necessários à sua implementação e ao seu funcionamento.
- D) Realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no CadSUAS, quando não houver na estrutura do órgão gestor área administrativa específica responsável pela relação com a rede socioassistencial privada.

Considere o texto.

“A Busca Ativa é uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria e significa levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social. Os motivos dessa invisibilidade podem ser vários: ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios conflagrados, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos e desconhecimento de seus direitos, entre outros” – Nota publicada no site do MDS em 03/08/2015 – 14h21 – Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>.

### **QUESTÃO 11**

São estratégias da busca ativa, EXCETO:

- A) O deslocamento planejado da equipe de referência para conhecimento do território e o contato com atores sociais locais.
- B) A obtenção de informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais.
- C) A utilização de dados das famílias do território de atuação do CRAS provenientes do Cadastro único de Programas Sociais.
- D) O trabalho social com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias atendidas pelo serviço de proteção e atendimento integral à família.

Considerando que o PAIF é o principal serviço da proteção social básica que desenvolve o trabalho social com famílias, analise as afirmativas abaixo:

- I. A acolhida é o processo de contato inicial do usuário com o PAIF e tem por objetivo instituir o vínculo necessário entre as famílias usuárias e o PAIF para a continuidade do atendimento socioassistencial iniciado.
- II. Os encaminhamentos referem-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território, ou seja, a inserção em alguma das ações do serviço.
- III. O atendimento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas e a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas.
- IV. O acompanhamento é um processo de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores.

### **QUESTÃO 12**

Pode-se afirmar que

- A) apenas a opção I está correta.
- B) apenas as opções I, III e IV estão corretas.
- C) todas as opções estão corretas.
- D) todas as opções estão incorretas.

### **QUESTÃO 13**

São competências do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, EXCETO:

- A) Acompanhamento das famílias do BPC, quando em situação de risco pessoal e social por violação de direitos, e articulação com o INSS para fins de concessão, quando for o caso.
- B) Participação na construção de fluxos de articulação com a rede socioassistencial e com as demais políticas e órgãos de defesa de direitos.
- C) Coordenação de macroprocessos, incluindo a construção e pactuação de fluxos de referência e contrarreferência com a rede socioassistencial das outras políticas e órgãos de defesa de direitos.
- D) Acompanhamento das famílias do PETI e do PFB em situação de descumprimento de condicionalidades por motivos relacionados a situações de risco pessoal e social por violação de direitos.

Considerando a competência relativa à oferta e ao referenciamento de serviços especializados ao CREAS, analise as afirmativas abaixo:

- I. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI deve ser oferta obrigatória das unidades CREAS.
- II. No caso de possuir mais de uma unidade CREAS, o município tem autonomia para a definição daquelas unidades que deverão ofertar o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, observada a relação com o território.
- III. O Serviço Especializado em Abordagem Social pode ser ofertado pelo CREAS ou unidades específicas referenciadas ao CREAS.
- IV. O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias deve ser oferta obrigatória e exclusiva das unidades CREAS.

### **QUESTÃO 14**

Podemos afirmar que

- A) apenas as opções I, II e III estão corretas.
- B) apenas as opções I, III e IV estão corretas.
- C) apenas as opções II, III e IV estão corretas.
- D) todas as opções estão corretas.

### **QUESTÃO 15**

São metodologias e técnicas utilizadas para o acompanhamento dos usuários pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, EXCETO:

- A) Orientação e atendimento em grupo e Orientação jurídico-social.
- B) Entrevista individual e/ou familiar e Oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização.
- C) Orientação e atendimento individual e/ou familiar e Acompanhamento nutricional.
- D) Orientação e atendimento em grupo e Estudo de caso.

Considere o texto.

“Brasília, – Daniel, 19 anos, chegou ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Cruzeiro do Sul, no Acre, aos 16 anos. “Diziam que minha solução era a cadeia”, lembra. Ele conta que cresceu em uma comunidade violenta e não tinha nenhuma perspectiva de vida até conhecer o centro. “Fui acolhido com todos os meus problemas e me fizeram enxergar um mundo novo, longe de tudo o que eu já tinha feito e passado”. Para Daniel, o serviço do Creas é essencial na recuperação dos adolescentes. “Saí transformado”, destaca. Hoje, ele está seguindo carreira militar no Exército” – Nota publicada no site do MDS em 16/07/2015 00h00min – Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/julho/201csai-do-creas-transformado201d>.

### **QUESTÃO 16**

São objetivos das medidas socioeducativas:

- A) A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais, a responsabilização jurídica dos pais ou responsáveis e a desaprovação da conduta infracional.
- B) A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, a integração social do adolescente, bem como a garantia de seus direitos individuais e a responsabilização jurídica dos pais ou responsável.
- C) A desaprovação da conduta infracional, o cumprimento do Plano Individual de Atendimento e a responsabilização jurídica dos pais ou responsável.
- D) A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, a integração social e garantia de seus direitos individuais e sociais e a desaprovação da conduta infracional.

### **QUESTÃO 17**

O cumprimento das medidas socioeducativas em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. São requisitos obrigatórios do PIA, EXCETO:

- A) Os resultados da avaliação interdisciplinar e os objetivos declarados pelo adolescente.
- B) A previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional.
- C) Cópia da matrícula, declaração de frequência e histórico escolar.
- D) As atividades de integração e apoio à família e as formas de participação da família para o efetivo cumprimento do PIA.

### **QUESTÃO 18**

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar à criança, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária - Art. 4º da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. A garantia de prioridade compreende, EXCETO:

- A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- B) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- C) Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de pediatria e pedagogia e na prestação de serviços a crianças e adolescentes.
- D) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.



Considere a situação.

José Carlos e Maria Antônia, ele com 38 anos e ela com 35 anos de idade e casados desde 2010, adotaram Camila, com 16 anos de idade, após regular procedimento perante a Vara da Infância e Juventude de Betim/MG. A sentença judicial que constituiu o vínculo de adoção foi proferida em dezembro de 2014 e imediatamente inscrita no Cartório de Registro Civil.

### **QUESTÃO 19**

Considerando a situação hipotética acima apresentada e a Lei n.º 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) —, assinale a opção CORRETA.

- A) O falecimento de José Carlos e Maria Antônia restabelecerá o pátrio poder aos pais biológicos de Camila, o que ocorrerá com o encaminhamento da certidão de óbito dos pais adotantes ao Cartório de Registro Civil.
- B) O processo de adoção é nulo em razão da diferença de idade entre adotantes e adotada.
- C) Em razão de sua idade, é necessário o consentimento de Camila no processo de adoção.
- D) Na certidão de nascimento de Camila, constarão os nomes de José Carlos e Maria Antônia como pais adotantes e os nomes dos pais biológicos para resguardar futuros direitos patrimoniais.

Em referência ao Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003, analise as seguintes afirmativas:

- I. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- II. O Estatuto do Idoso regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- III. Aos idosos a partir de 65 (sessenta e cinco) anos que não possuam meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.
- IV. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

### **QUESTÃO 20**

Pode-se afirmar que

- A) apenas as opções I, II e III estão corretas.
- B) apenas as opções I, III e IV estão corretas.
- C) apenas as opções II, III e IV estão corretas.
- D) todas as opções estão corretas.